



# Federação Nacional dos Médicos

## **A posição da FNAM face à violenta e desumana política deste Governo contra os médicos e contra o SNS**

A FNAM, face à situação que está criada no sector da saúde por via das medidas contidas no O.E. para o próximo ano, vem transmitir as seguintes questões:

- 1- A pretexto da crise e com a deliberada acção da sua hipertrofia político-ideológica conduzida por este Governo, estão a ser aplicadas políticas violentas e desumanas a nível das questões sociais e laborais que representam uma impensável regressão civilizacional de largas décadas.

O Governo está a levar amplas camadas da população do nosso país a um empobrecimento crescente e a provocar um aumento assustador da fome em muitos lares.

A nível da saúde, em concreto, os cortes sucedem-se e a capacidade de resposta em aspectos basilares do SNS começa a estar em causa.

A perspectiva que, em silêncio, está a ser montada é a destruição do SNS e o encerramento progressivo de sucessivos serviços de saúde.

- 2 – O O.E. apresentado pelo governo e aprovado na A.R., contem, no que se refere à saúde, aspectos de uma enorme gravidade e com preocupantes e inevitáveis consequências no imediato.

Na reunião efectuada entre o Ministério da Saúde (Ministro e os dois Secretários de Estado) e as duas organizações sindicais médicas em 28/10/2011, foi amplamente analisada a situação que seria criada com as medidas a nível das horas extraordinárias presentes no O.E. .

O Governo, numa clara acção de violação do texto constitucional, decidiu unilateralmente suspender as disposições contidas na Contratação Colectiva dos médicos e remetê-los para a legislação geral.

Esta última não tem em conta a enorme especificidade do sector da saúde onde é necessário assegurar serviços em funcionamento ininterrupto durante todos os dias do ano.

- 3- Deste modo, nos termos da legislação em vigor, os médicos ficarão abrangidos pelas limitações seguintes: não podem fazer mais de 2 horas extraordinárias por dia; não podem fazer mais de 100 horas por ano; e não podem fazer qualquer horário com mais de 9 horas seguidas.

Com estas limitações nenhum serviço de urgência pode funcionar.

O Governo foi alertado em devido tempo e manteve essas medidas.

Por outro lado, o Governo decidiu violar acordos previamente estabelecidos, aplicar formas de pagamento quase simbólicas deste trabalho extraordinário que constitui uma forma aviltante de relacionamento com uma classe profissional.

Os médicos são obrigados pelas administrações das unidades de saúde a efectuarem trabalho extraordinário durante todo o ano para poderem ser assegurados os serviços de urgência.



# Federação Nacional dos Médicos

Este enorme volume de trabalho assume proporções preocupantes em termos de grande desgaste e penosidade profissionais com elevado risco para os doentes.

- 4- As referidas medidas do O.E. assumem ainda uma gravidade sem paralelo devido ao facto deste Governo ter decidido espezinhar a Contratação Colectiva livremente negociada e acordada entre as partes negociais, concretamente entre o Estado e os sindicatos médicos.

Não é tolerável em democracia que um instrumento tão importante como é a Contratação Colectiva seja objecto de acções de liquidação por parte de um governo que faz de uma situação de crise o pretexto para atropelar a Constituição da República.

- 5- O comunicado conjunto das duas organizações sindicais médicas divulgado recentemente (7/12/2011) mantém toda a actualidade quando refere que “... os sindicatos representativos dos médicos sentem toda a legitimidade para dinamizar a classe para formas de luta que podem inclusive assumir a forma de recusa à prestação de todo e qualquer serviço extraordinário”.

A enorme gravidade do momento presente quer para a dignidade e segurança do exercício profissional dos médicos quer para a defesa do SNS, exige a unidade e convergência dos vários sectores profissionais da saúde e concretamente das várias organizações médicas.

- 6- A FNAM irá desencadear formas de luta convergentes com as acções já em curso, nomeadamente a interposição de providências cautelares e a dinamização da entrega de declarações individuais de recusa ao trabalho extraordinário.

Irá também analisar com o SIM e a Ordem dos Médicos a convocação de plenários regionais de médicos que possibilitem o alargamento das formas de luta e sua adequada dinamização em todos os serviços de saúde.

Este momento é crucial para o futuro dos médicos e é imperiosa a sua participação em todas as formas de luta que impeçam o Governo, único responsável pelas delicadas consequências que poderão colocar-se, de concretizar estas malfeitorias contra os seus direitos laborais e contra o direito constitucional à Saúde.

Coimbra, 18/12/2011

A Comissão Executiva da FNAM